

CONVERSANDO SOBRE *JUNTO E MISTURADO* As condições metodológicas da pesquisa

BIONDI, Karina. BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010, 245 p.

Luciana Pionório Rocha

Desde o seu lançamento em 2010, o livro *Junto e Misturado: Uma Etnografia do PCC*, da antropóloga Karina Biondi, vem sendo cotejado pela crítica acadêmica e jornalística, assim como vem despertando o interesse do público em geral. Os primeiros, mais interessados nas implicações do campo da pesquisa e na relação da análise prática com o seu arcabouço teórico. E os demais parecem atraídos pela sempre presente curiosidade e polêmica que o tema em si levanta como interesse midiático e social. Afinal de contas, falar em presídio, com foco na atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC), envolve uma gama de outros temas que perpassam a grande área de debate da política de segurança pública no Brasil.

Segundo relato da própria autora, em entrevista publicada na versão eletrônica da revista Carta Capital¹, a idéia da pesquisa surgiu de condições adversas na sua vida familiar, quando, no ano de 2003, ela cursava a graduação em Ciências Sociais na USP e se deparou com a situação de um mandado de prisão provisória dirigido ao seu marido, que, na ocasião, foi detido no Centro de Detenção Provisória de São Bernardo do Campo, em São Paulo. Neste momento ela se torna esposa-visitante.

Em meio a um período tumultuado e após um breve afastamento da

¹ “Fechado com o Comando” foi publicada em 03 de Agosto de 2010 e está disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/fechado-com-o-comando>

universidade, a autora, então na condição de estudante, ao retomar suas atividades acadêmicas, começou a cursar uma disciplina sobre “pesquisa de campo”, com o Prof. José Guilherme Magnani, e se viu diante da necessidade de cumprir com a realização de um relatório de pesquisa para a disciplina, que tinha por exigência o desenvolvimento de um trabalho que envolvesse ida a campo. Então lhe surgiu a idéia de transformar as experiências vivenciadas, durante as suas visitas ao marido preso, neste trabalho acadêmico. Aqui surge a Biondi pesquisadora no presídio.

No entanto, qual o diferencial da pesquisa de Karina Biondi, a respeito de um tema tão debatido quanto o PCC e o sistema prisional, que a faz despertar o interesse dos leitores dentro e fora da academia?

Entre as publicações já existentes sobre presídios, algumas se tornaram referência sempre que se fala no assunto, como é o caso da pesquisa realizada pela socióloga Julita Lemgruber (1999), que deu origem ao livro *Cemitério dos Vivos*. A autora, que pesquisa o sistema prisional brasileiro desde 1983, foi a primeira mulher a dirigir o sistema penitenciário do Rio de Janeiro.

Há também o caso do médico Drauzio Varella (1999), que escreveu sobre sua experiência na relação estabelecida com presos e funcionários da Casa de Detenção de São Paulo, dando origem ao livro *Estação Carandiru*, mais tarde transformado no filme *Carandiru*. E existem também os relatos de presos e ex-presos que publicam suas experiências na prisão, a exemplo do livro de Jocenir² (2001), intitulado *Diário de Um Detento*.

No que se refere a Karina Biondi, o diferencial de seu trabalho pode ser explicado pelo fato de que sua ideia inicial, ou seja, fazer uma etnografia do presídio no qual se encontrava seu marido, nas suas próprias palavras, começou a “desafiar a sua imaginação sociológica”, ao identificar que ali existia um entrelaçamento de acontecimentos que careciam de uma análise aprofundada. Não por acaso, a autora desenvolve a temática a ponto de trabalhá-la em seus estudos de mestrado e doutorado, e *Junto e Misturado* é o resultado de cinco anos de material etnográfico que, para ela, em suas próprias palavras, serviu para “acessar a ‘intimidade cultural’ da população estudada e ler nas entrelinhas o que é dito e o que não é dito, e que constituem as relações que tecem as tramas do PCC” (Biondi, 2010, p. 49).

Além do inegável mérito da pesquisa e da coragem da autora, por fazer de uma adversidade pessoal (a prisão de seu marido) o objeto de uma pesquisa que veio a se tornar pública, sua visão pouco convencional a respeito dessa organização fortemente atuante nos presídios do país, que é o PCC, escapa da

² Pseudônimo de Josemir Prado, ex-detento que publicou sua autobiografia, na qual narra sua passagem pelo sistema prisional paulista.

visão formal e dos inúmeros clichês presentes nas análises e opiniões do senso-comum, facilmente encontradas sobre o tema.

Todo o frescor das ideias presentes no livro deve-se, em grande medida, à sua própria condição no desenvolvimento da pesquisa, onde os papéis de *mulher; mulher de preso; esposa-visitante e pesquisadora* estiveram durante todo o tempo, de maneira muito intensa, imbricados no desenvolvimento da sua pesquisa. E é sobre este aspecto em particular que buscarei refletir, com base nas questões levantadas pela própria autora, tanto na sua obra quanto em entrevistas concedidas acerca de seu estudo.

Mulher; mulher de preso; esposa-visitante e pesquisadora: significados e implicações metodológicas do campo

Já na introdução do livro, a autora intitula dois tópicos que são elementos-chave para a compreensão da dinâmica metodológica de sua pesquisa. São eles: o “Quando a antropóloga é visita” e o outro intitulado de “Problemas”. Com a reunião destes sub-tópicos, Biondi explicita as condições em que se deu a sua inserção no presídio como parente de preso, conseqüentemente transformado em campo de investigação. Dessa forma, ela nos narra desde a dinâmica de respeito à fila na chegada do presídio, a postura corporal, o modo de vestir-se, o controle e cuidado na fala com os demais presos e parentes de presos, até os aspectos da negociação para autorização da pesquisa com o PCC. Enfim, tudo que se refere à conduta de uma visitante, mulher, parente de preso, convertida em pesquisadora.

Os desdobramentos destas condições acabam por apontar aspectos fundamentais da pesquisa e por revelar um ponto de partida para iniciarmos um diálogo sobre as implicações do campo. As narrativas do livro sobre essas implicações nos indicam certas condições metodológicas vivenciadas pela autora, no sentido de que existe uma profunda significação sobre os diversos papéis desempenhados pela autora (*mulher; mulher de preso; esposa-visitante e pesquisadora*) que trazem conseqüências que ditam e afetam o modo de fazer da sua pesquisa.

No livro, tento mostrar que não existe uma essência de Karina, uma Karina que exista por si, independente das relações que me constituem. Disso decorre que a Karina-pesquisadora não é a mesma que a Karina-mulher-de-preso. Esta última era constituída por relações que passam também pelo preso a quem visitava e, por isso, uma conversa informal com qualquer outro preso

poderia ser vista como uma falta de respeito (minha e do preso com quem eu estaria conversando) a o meu marido. (Biondi, 2010a).

A primeira dessas consequências se refere ao processo de negociação para a realização da pesquisa no presídio comandado pelo PCC. Quando a autora publica um trabalho em 2006, ela percebe fragilidades na sua análise, especialmente no que se refere à decodificação de expressões da linguagem nativa (Biondi, 2006). Decide então que, ao continuar, deve pedir autorização aos “irmãos”, como são chamados os membros batizados do PCC. Também se preocupa em justificar que seu trabalho, ao dar voz aos membros do PCC, não incorre numa apologia ao crime, na medida em que se dedica a compreender uma dada situação de pesquisa, fazendo uso das ferramentas antropológicas. Sobre essa questão, Biondi expõe:

Esse processo de negociação foi dado como encerrado quando do envio de um exemplar da publicação para que eles próprios pudessem ler e se posicionar. Para minha surpresa, e pondo fim à minha apreensão, a recepção do trabalho foi muito boa (“a senhora entende mais de cadeia do que muitos caras aqui!”), e meus leitores presos pareceram ter se convencido de que está longe dos meus objetivos apurar crimes ou delatar pessoas. (Biondi, 2010b, p. 47).

Nesta passagem, não fica claro se essa aprovação foi direta, ou seja, não diz se censuras ou observações a determinadas partes foram feitas. Apenas levando a crer que não. Mas isso também não se pode afirmar com certeza, uma vez que diz apenas de uma “recepção muito boa”. Nesse sentido, é possível imaginar o quão larga é a distância entre os lugares de “familiar de preso” e de “pesquisadora” no que se refere ao que se pode e ao que se deve dizer quando o assunto é PCC.

Uma segunda implicação metodológica decorre da condição de visita de parente preso, posto que a experiência de entrar num presídio nunca deve ser feita, seja em qualquer condição, sem a observância de certas regras e códigos de conduta.

A autorização dos nativos para a realização da pesquisa, entretanto, não me eximia da condição de *visita* e da decorrente necessidade de compartilhamento de alguns códigos e da obediência a várias regras de etiqueta. Vimos que tal condição implica adotar uma postura condizente com o que é esperado de uma mulher que visita seu parente preso. Durante a pesquisa aprendi que, embora a visita guarde certa exterioridade em relação à categoria “presos”, isso não a exime da necessidade de conhecer e obedecer as mesmas coordenadas que os orientam. (Biondi, 2010b, p. 48).

Este fato ganha complexidade na medida em que se trata de uma mulher, pois daí emergem também questões de gênero, que se referem à conduta da visitante para com os presos, seus parentes e vice-versa. Ainda relacionado a esse tópico, outro aspecto metodológico interessante diz respeito ao reconhecimento, por parte da autora, de suas limitações pela questão de gênero na sua pesquisa. Além de significar uma série de posturas narradas no livro, tais como: presos não olham e nem conversam diretamente com parentes de outros presos; não é aconselhado circular pelo *raio*, ou seja, por entre os pavilhões da prisão.

O respeito pela *visita* é um dos principais imperativos nas prisões sob influência do PCC, principalmente quando aliado à interdição das mulheres. [...] A questão de gênero, neste caso, interfere nessas (não-)relações, pois a mulher é tida, entre os presos, como sua posse. Tais tipos de impedimento, no entanto, não deixam de constituir uma expressão da (re)apresentação que o objeto de pesquisa faz de si mesmo. (Biondi, 2010b, pp. 48, 49).

Não se pode deixar de notar duas questões que daí decorrem: dificilmente uma pesquisadora (que não seja parente de preso) teria acesso irrestrito ao interior de um presídio. Porém, ainda que este acesso tenha sido alcançado, a conversação direta é extremamente limitada. Por esta razão, a estratégia utilizada pela autora foi a de fazer do seu marido um mediador na interlocução com outros presos. O contato em si, mesmo que indireto, quer dizer da descoberta de um universo “de dentro”, como ela mesma sugere.

A maioria dos contatos foi mediada por meu marido. Não que eu não pudesse abordar os demais presos durante minhas visitas, mas isso seria absolutamente deslegante, uma falta de educação. Em primeiro lugar porque, durante o dia de visitas, todas as expectativas dos presos são voltadas à própria visita. E em segundo lugar, porque existe uma questão de gênero que atravessa todo o meu trabalho. (Biondi, 2010a)

Essa intermediação é muito destacada no livro, quando a autora reflete sobre essa posição metodológica imposta pelas regras do presídio. Nesta passagem ela afirma:

Não é exagero afirmar que minha pesquisa só foi possível devido à preciosa colaboração de meu marido. Em todos os trabalhos de campo que realizei em unidades prisionais, foi ele quem iniciou as conversas que travei com meus interlocutores. Sem essa mediação, eu nunca os acessaria. [...] Mesmo com essa mediação, era mantida uma formalidade evidenciada pelo cuidado com a postura corporal e oral. (Biondi, 2010b, p. 40)

Neste sentido, para Biondi não convém chamar esta relação de artificial, devido à exigência desta postura e à necessidade de intermediação por parte de seu marido, uma vez que, para ela, essa relação entre preso e visitante produz efeitos concretos, que são fruto de outras relações concretas que se produziram nos presídios, como forma de “apaziguar” possíveis conflitos em relação a questões como honra e respeito, assim como para ela o trabalho de campo de longa duração permite acessar a “intimidade cultural” do objeto de pesquisa.

Outro fator positivo está relacionado com o fato de que o compartilhamento “da gramática de sentimentos e valores éticos e morais que só os ‘de dentro’ conhecem” (Biondi, 2010b, p. 49) surge exatamente dessa condição de mulher de preso, conferindo-lhe pertencimento à categoria e minimizando os efeitos da desconfiança que o papel exclusivo de pesquisador possivelmente lhe conferiria para tratar de um assunto “tabu”, como é o PCC, dentro ou fora da prisão. “Falar-se a mesma língua não só não exclui que existam grandes diferenças no vocabulário, mas que significados e interpretações diferentes podem ser dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas” (Velho, 1978, p.125). Neste sentido postulado por Velho, a autora pôde explorar muito bem toda uma série de categorias do idioma nativo, fazendo a tradução para os que estão “de fora”. Em sua pesquisa, isso se converteu em um “glossário de termos nativos”, extremamente rico e facilitador da compreensão deste código compartilhado pelos que são “de dentro”.

Dessa forma, também foi possibilitado e/ou permitido a Biondi conhecer esse PCC como organização que opera através de políticas, no sentido de que a autora confere à ideia de “posições políticas” de seus membros como uma organização que está em movimento a todo instante. Para a autora, “o que permite que pessoas em diferentes lugares, que muitas vezes não se conhecem, compartilhem sua pertença a esse coletivo é a existência de um PCC-transcendência” (2010, p. 213). Quebrando com a noção comum de hierarquia dentro do comando do PCC, Biondi nos demonstra a superioridade desse coletivo que, nas suas palavras, é imanente e transcendente ao mesmo tempo, ou seja, estes aspectos estão *juntos e misturados*.

Uma análise sincrônica poderia enxergar no PCC um poder descendente, uma estrutura hierárquica [...] E tal abordagem não seria totalmente equivocada se a imagem não estivesse congelada, se não estivéssemos tratando de um *movimento* composto por protagonistas que estão vivendo suas *caminhadas*. Se quisermos entender melhor o PCC, não podemos descartar sua fluidez constitutiva. O *Comando* é todo fluxo, é trânsito, circunstância, *movimento, situação*; só pode ser entendido em um plano diacrônico, ou melhor, como um acontecimento. (Biondi, 2010b, p. 220).

Nesse sentido, a autora, ao mergulhar nesse universo intrincado, nos transmite a ideia de que, nos termos da sua participação, não cabe o imperativo proposto por Cardoso de Oliveira³, quando se refere ao exercício da sua “observação participante”, mas se aproxima de Favret-Saada e sua premissa de “ser afetado” na pesquisa, e para a qual não significa uma “operação de conhecimento por empatia”, mas leva o pesquisador a compartilhar, ouvir, sentir tudo aquilo que não se confere a quem não se deixa afetar, a quem permanece “de fora”.

Sendo assim, o trabalho de Biondi, em *Junto e Misturado* demonstra que até mesmo os percalços da vida pessoal, ao serem transformados em campo de pesquisa, podem ser (re)significados em uma investigação científica, para a qual seu ponto forte continua sendo a sua instigante e produtiva “imaginação sociológica” diante de um tema permeado de enganos e clichês.

Referências

- BIONDI, Karina. Fechado com o Comando. **Carta Capital**, São Paulo. Disponível em: www.cartacapital.com.br/sociedade/fechado-com-o-comando. Acessado em 06/12/2010.
- _____. **Junto e Misturado: Uma Etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010b.
- _____. Tecendo As Tramas do Significado: As Facções Prisionais enquanto Organizações Fundantes de Padrões Sociais. In: GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; MACHADO, Lia Zanota. (orgs). **Antropologia e Direitos Humanos 4**. Florianópolis: Nova Letra, 2006, pp. 303-350.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado, de Jeanne Favret-Saada. Tradução de Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**. n° 13, 2005, pp. 155-161.
- JOCENIR. **Diário de Um Detento: O Livro**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.
- LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos Vivos: Análise Sociológica de Uma Prisão de Mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VELHO, Gilberto. Observando o Familiar, In: NUNES, Edson de O. (org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

³ Quando este se refere ao trabalho do pesquisador e a constituição da Antropologia como ciência, realizando a tarefa de disciplinar os atos cognitivos do pesquisador sobre o “olhar, ouvir e escrever”.